



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1997, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, na forma que especifica.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar termo de fomento com a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80, com o propósito de implementar ações de caráter público nas áreas da saúde e educação, de forma complementar, mediante repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em parcela única.

Art. 2º O objeto da parceria é a disponibilização de atendimentos e serviços veterinários aos animais pertencentes às famílias de baixa renda e àqueles em situação de rua consoante plano de trabalho apresentado pela organização da sociedade civil.

Parágrafo único. A parceria terá vigência de 12 (doze) meses.

Art. 3º O projeto tem como objetivos:

- I - promover atendimento gratuito aos animais pertencentes às famílias com renda de até 03 (três) salários mínimos e àqueles em situação de rua;
- II - conscientizar a população sobre os cuidados veterinários;
- III - desenvolver pesquisas com a participação dos alunos do curso de medicina veterinária;
- IV - promover o aprendizado e a capacitação dos alunos do curso de medicina veterinária da UNIFUCAMP e de outras instituições de ensino;
- V - oferecer estágio para alunos do curso de medicina veterinária da UNIFUCAMP e de outras instituições.

Art. 4º Compete à UNIFUCAMP, dentre outras obrigações que serão estabelecidas no termo de fomento:

- I - desenvolver o plano de trabalho apresentado;
- II - manter e movimentar os recursos recebidos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;
- III - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as normas brasileiras de contabilidade, vedada a classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;
- IV - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos em lei;
- V - zelar pela qualidade das ações e projetos desenvolvidos, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;
- VI - prestar informações sobre o caráter público das ações realizadas, quando for o caso;
- VII - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do Município de Monte Carmelo sobre a execução do objeto;
- VIII - prestar contas dos recursos recebidos, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
- IX - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até 30 (trinta) dias da data de registro no órgão competente;
- X - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes da parceria, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XI - manter a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e,
- XII - garantir o cumprimento da contrapartida conforme estabelecido no plano de trabalho.

Art. 5º Compete ao Município de Monte Carmelo:

- I - efetuar o repasse financeiro na forma e condições previstas, observado o disposto no Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023;
- II - viabilizar as condições indispensáveis para que as ações possam ser implementadas;

- III - prestar os esclarecimentos necessários à execução do objeto da parceria;
- IV - apoiar a UNIFUCAMP no alcance dos resultados pretendidos;
- V - supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução das ações propostas;
- VI - analisar a prestação de contas apresentada.

Art. 6º O Município de Monte Carmelo fixará, em termo de fomento, todas obrigações que serão assumidas pelas partes, em estrita conformidade com o plano de trabalho previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e com o disposto nesta Lei e no Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, será aberto crédito especial no orçamento do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1998, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	35 - Secretaria Municipal de Saúde		
Subunidade	01 - Bloco de Gestão		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.501 - Contribuição à UNIFUCAMP para atendimento e serviços veterinários		
Elemento	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	Fonte de Recursos: 2500 - Recursos não vinculados de Impostos	Valor: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

- I - Fonte de Recursos: 2500 - Recursos não vinculados de Impostos;
- II - Total Geral: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º Fica incluso no Programa 4005 - “Saúde Integral e Humanizada para Todos”, no Plano Plurianual do Município de Monte Carmelo para o período 2022 a 2025 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei, conforme determina no art. 3º da Lei nº 1765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, Lei Municipal nº 1821, de 28 de junho de 2022, o Projeto/Atividade 2.501 - “Contribuição à UNIFUCAMP para atendimento e serviços veterinários”.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1999, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, na forma que especifica”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar termo de fomento com a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80, com o propósito de implementar ações de caráter público nas áreas da saúde e educação, de forma complementar, com disponibilização de recursos financeiros no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), em parcela única.

Art. 2º O objeto da parceria é contribuir para a execução da obra de construção da clínica-escola do curso de odontologia da UNIFUCAMP com a finalidade de viabilizar o atendimento da população local e regional a partir do segundo semestre de 2025.

Parágrafo único. O termo de fomento vigorará por 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º A parceria tem como objetivos:

- I** - auxiliar na construção da obra objeto da parceria conforme art. 2º, caput;
- II** - promover o atendimento da população local e regional, prioritariamente de baixa renda, observado o limite de renda familiar de até 04 (quatro) salários mínimos como critério;
- III** - viabilizar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos aspectos de saúde psicossomática dos pacientes;
- IV** - desenvolver projetos de conscientização para prevenção das doenças bucais;
- V** - promover o aprendizado e a capacitação dos futuros profissionais do curso de odontologia da UNIFUCAMP e de outras instituições;
- VI** - oferecer estágio para alunos do curso de odontologia da UNIFUCAMP e de outras instituições de ensino.

Art. 4º Compete à UNIFUCAMP, dentre outras obrigações que serão estabelecidas no termo de fomento:

- I** - desenvolver o plano de trabalho apresentado;
- II** - manter e movimentar os recursos recebidos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;
- III** - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as normas brasileiras de contabilidade, vedada a classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;
- IV** - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos em lei;
- V** - zelar pela qualidade das ações e projetos desenvolvidos, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;
- VI** - prestar informações sobre o caráter público das ações realizadas, quando for o caso;
- VII** - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do Município de Monte Carmelo sobre a execução do objeto;
- VIII** - prestar contas dos recursos recebidos, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
- IX** - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até 30 (trinta) dias da data de registro no órgão competente;

X - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes da parceria, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XI - manter a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e,

XII - garantir o cumprimento da contrapartida conforme estabelecido no plano de trabalho.

Art. 5º Compete ao Município de Monte Carmelo:

I - efetuar o repasse financeiro na forma e condições previstas, observado o disposto no Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023;

II - viabilizar as condições indispensáveis para que as ações possam ser implementadas;

III - prestar os esclarecimentos necessários à execução do objeto da parceria;

IV - apoiar a UNIFUCAMP no alcance dos resultados pretendidos;

V - supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução das ações propostas;

VI - analisar a prestação de contas apresentada.

Art. 6º O Município de Monte Carmelo fixará, em termo de fomento, todas obrigações que serão assumidas pelas partes, em estrita conformidade com o plano de trabalho previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde e com o disposto nesta Lei e no Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023.

Art. 7º Para atender as despesas decorrentes desta Lei, será aberto crédito especial no orçamento do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2000, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	35 - Secretaria Municipal de Saúde		
Subunidade	01 - Bloco de Gestão		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividade	2.451 - Contribuição para construção Clínica Escola Odontologia UNIFUCAMP		
Elemento	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	Fonte de Recursos:	Valor: R\$ 450.000,00
		2500 - Recursos não vinculados de Impostos	

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

- I** - Fonte de Recursos: 2500 - Recursos não vinculados de Impostos;
- II** - Total Geral: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

Art. 3º Fica incluso no Programa 4005 - "Saúde Integral e Humanizada para Todos", no Plano Plurianual do Município de Monte Carmelo para o período de 2022-2025, as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei, conforme determina no art. 3º da Lei nº 1765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, Lei Municipal nº 1821, de 28 de junho de 2022, o Projeto/Atividade 2.451 - "Contribuição para construção Clínica Escola Odontologia UNIFUCAMP".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2001, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

"Revoga a Lei nº 1767, de 11 de janeiro de 2022."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1767, de 11 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2002, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento, do Município, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), visando à criação de dotações orçamentárias conforme seguem abaixo:

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Unidade	01 - Diretoria Administrativa
Subunidade	01 - Diretoria Administrativa
Função	17 - Saneamento
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência
Projeto/Atividade	2.550 - Gestão das Ações Administrativas do DMAE
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
	Fonte de Recursos: 2753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
	Valor: R\$ 40.000,00

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Unidade	01 - Diretoria Administrativa
Subunidade	10 - Gestão Operacional de Serviços de Água e Esgotos
Função	17 - Saneamento
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	4080 - Saneamento Básico com Qualidade de Vida
Projeto/Atividade	2.560 - Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
	Fonte de Recursos: 2753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
	Valor: R\$ 140.000,00

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Unidade	01 - Diretoria Administrativa
Subunidade	10 - Gestão Operacional de Serviços de Água e Esgotos
Função	17 - Saneamento
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	4080 - Saneamento Básico com Qualidade de Vida
Projeto/Atividade	2.560 - Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água
Elemento	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
	Fonte de Recursos: 2753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
	Valor: R\$ 80.000,00

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Unidade	01 - Diretoria Administrativa
Subunidade	10 - Gestão Operacional de Serviços de Água e Esgotos
Função	17 - Saneamento
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	4080 - Saneamento Básico com Qualidade de Vida
Projeto/Atividade	2.565 - Gestão dos Serviços de Esgotamento Sanitário
Elemento	3.3.90.30.00 - Material de Consumo
	Fonte de Recursos: 2753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
	Valor: R\$ 50.000,00

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Unidade	01 - Diretoria Administrativa
Subunidade	10 - Gestão Operacional de Serviços de Água e Esgotos
Função	17 - Saneamento
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	4080 - Saneamento Básico com Qualidade de Vida
Projeto/Atividade	2.565 - Gestão dos Serviços de Esgotamento Sanitário
Elemento	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
	Fonte de Recursos: 2753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
	Valor: R\$ 40.000,00

Órgão	03 - DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Entidade	03 - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Unidade	01 - Diretoria Administrativa
Subunidade	15 - Gestão de Obras e Infraestrutura
Função	17 - Saneamento
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	4085 - Investimento em Saneamento para Melhorar Saúde da População
Projeto/Atividade	1.302 - Aquisição de veículos e máquinas
Elemento	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
	Fonte de Recursos: 2753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
	Valor: R\$ 120.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2753

- Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos;

II - Total Geral: R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

RICARDO DE CASTRO SILVA
Diretor-Geral do DMAE



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2003, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, na forma que especifica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	50 - Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente
Subunidade	02 - Departamento de Agronegócio
Função	20 - Agricultura
Subfunção	608 - Promoção da Produção Agropecuária
Programa	4020 - Fortalecimento da Economia do Município
Projeto/Atividade	1.258 - Aquisição de Implementos Agrícolas, Máquinas e Veículos
Elemento	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
	Fonte de Recursos: 1706 - Transferência Especial da União
	Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de recursos: 1706 - Transferência Especial da União;
II - Total Geral: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2004, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por anulação de dotação do orçamento vigente, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	02 - Atenção Básica
Função	10 - Saúde
Subfunção	301 - Atenção Básica
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividade	2.307 - Promoção à Saúde Bucal
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Fontes de Recursos: 1621 - Transferências Fundo a Valor: R\$ 39.000,00
	- Outros
	Serviços de Fundo de Recursos do
	Terceiros - SUS provenientes do
	Pessoa Jurídica Governo Estadual

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizadas como fontes de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	07 - Hospital Municipal
Função	10 - Saúde
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividade	2.328 - Manter as Atividades Hospitalar Municipal de Monte Carmelo
Elemento	3.1.90.04.00.0 - Fontes de Recursos: 1621 - Transferências Fundo a Valor: R\$ 39.000,00
	0 -
	Contratação Fundo de Recursos do
	Por Tempo SUS provenientes do
	Determinado Governo Estadual

Art. 3º Fica autorizada a suplementação, se necessário, até o limite de 30% (trinta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2005, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), visando à criação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	02 - Atenção Básica
Função	10 - Saúde
Subfunção	301 - Atenção Básica
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividade	2.307 - Promoção à Saúde Bucal



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte de Recursos: 2621- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Valor: R\$ 20.000,00
----------	------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2621- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;

II - Total Geral: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 10 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2677, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a cessão da servidora Andrea Leocádio Batista para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comarca de Monte Carmelo/MG."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005 e,

CONSIDERANDO que o art. 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal, mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o parágrafo 2º do art. 159 prevê que a cessão far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o Convênio nº 101/2023 firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG, mediante cessão de servidores municipais efetivos;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a cessão da servidora pública ANDREA LEOCÁDIO BATISTA, matrícula nº 438262, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO I, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Monte Carmelo/MG no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º As demais obrigações e condições estão estabelecidas no Convênio nº 101/2023, observadas as alterações posteriores ou por aquele que vier a substituí-lo, firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 16 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2678, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a cessão da servidora pública Bruna Nogueira Miranda Barbosa para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comarca de Monte Carmelo/MG."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

CONSIDERANDO que o art. 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal, mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o parágrafo 2º do art. 159 prevê que a cessão far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o Convênio nº 101/2023 firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG, mediante cessão de servidores municipais efetivos;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a cessão da servidora pública BRUNA NOGUEIRA MIRANDA BARBOSA, matrícula nº 439322, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para desempenhar as atribuições de ASSISTENTE SOCIAL no Serviço Social do Fórum da Comarca de Monte Carmelo/MG, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º As demais obrigações e condições estão estabelecidas no Convênio nº 101/2023, observadas as alterações posteriores ou por aquele que vier a substituí-lo, firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 16 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2679, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a cessão da servidora pública Danielle Cristina Marciano para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comarca de Monte Carmelo/MG."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

CONSIDERANDO que o art. 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal, mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o parágrafo 2º do art. 159 prevê que a cessão far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo;



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

CONSIDERANDO o Convênio nº 101/2023 firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG, mediante cessão de servidores municipais efetivos;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a cessão da servidora pública DANIELLE CRISTINA MARCIANO, matrícula nº 439388, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO I, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Monte Carmelo/MG no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º As demais obrigações e condições estão estabelecidas no Convênio nº 101/2023, observadas as alterações posteriores ou por aquele que vier a substituí-lo, firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 16 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2680, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a cessão do servidor público Ítalo Bruno dos Santos Leocádio para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comarca de Monte Carmelo/MG."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

CONSIDERANDO que o art. 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal, mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o parágrafo 2º do art. 159 prevê que a cessão far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o Convênio nº 101/2023 firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG, mediante cessão de servidores municipais efetivos;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a cessão do servidor público ÍTALO BRUNO DOS SANTOS LEOCÁDIO, matrícula nº 439383, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO I, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Monte Carmelo/MG, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º As demais obrigações e condições estão estabelecidas no Convênio nº 101/2023, observadas as alterações posteriores ou por aquele que vier a substituí-lo, firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 16 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2681, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

"Autoriza a cessão da servidora pública Sandra Maria Mazer Castro para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comarca de Monte Carmelo/MG."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

CONSIDERANDO que o art. 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal, mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o parágrafo 2º do art. 159 prevê que a cessão far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o Convênio nº 101/2023 firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, visando ao eficiente funcionamento das atividades forenses na Comarca de Monte Carmelo/MG, mediante cessão de servidores municipais efetivos;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a cessão da servidora pública SANDRA MARIA MAZER CASTRO, matrícula nº 16101, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para desempenhar suas funções junto à Secretaria da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Monte Carmelo/MG, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º As demais obrigações e condições estão estabelecidas no Convênio nº 101/2023, observadas as alterações posteriores ou por aquele que vier a substituí-lo, firmado entre o Município de Monte Carmelo e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 16 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.175, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Concede licença-prêmio que especifica".



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) BETANIA APARECIDA SILVA DE SOUSA, matrícula 439618, cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO, para gozo de LICENÇA-PRÊMIO no período de 01/10/2023 a 30/10/2023, conforme art. 156 da Lei Complementar nº 08/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.176, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Faz designação que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar CAROLINE GOMES DE OLIVEIRA FERNANDES, matrícula 442431, para o cargo de PEM-I, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme o disposto na Lei nº 1548, de 23 de agosto de 2019, com alterações posteriores, pelo período de 02/10/2023 a 31/12/2023, para desempenhar suas atribuições na EMEI Solon Cardoso Nunes, em decorrência de vacância de cargo por motivo de aposentadoria da servidora Maria Virginia Paiva Alves.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.177, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Exonera servidor(a) que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLOVIS CLONE DE OLIVEIRA, matrícula 442266, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30/09/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.178, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Faz contratação que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar CLOVIS CLONE DE OLIVEIRA, matrícula 442435, para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 01/10/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.179, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Concede licença-prêmio que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) CORINA MESSIAS MUNDIM CAMPOS, matrícula 438787, cargo de MONITOR(A) DE CRECHE, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para gozo de LICENÇA-PRÊMIO no período de 01/10/2023 a 30/10/2023, conforme art. 156 da Lei Complementar nº 08/2005.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.180, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

“Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares a servidor que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(à) servidor(a) **FABIANE SEVERINO ROCHA**, matrícula 439228, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE COMUNICAÇÃO**, lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, licença para tratar de interesses particulares no período de 01/10/2023 a 28/09/2028, de acordo com o art. 147, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 08/2005 e alteração posterior dada pela Lei Complementar nº 54/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.181, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

“Concede licença-prêmio que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) **FABRÍCIA GONÇALVES CUNHA MUNDIM**, matrícula 439143, cargo de **ODONTÓLOGO SAÚDE PÚBLICA**, lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, para gozo de **LICENÇA-PRÊMIO** no período de 01/10/2023 a 30/10/2023, conforme art. 156 da Lei Complementar nº 08/2005.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.182, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

“Exonera servidor(a) que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **HUIBER JOSÉ TELES**, matrícula 441991, ocupante do cargo de **MOTORISTA**, lotado(a) no(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO SOCIAL**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30/09/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.183, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

“Faz nomeação que especifica.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **HUIBER JOSÉ TELES**, matrícula 442436, para o cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO – DAD-02**, lotado(a) no(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 17 de outubro de 2023

Ano XVII

nº 2679



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.184, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Faz contratação que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar JAIRO PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 442433, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 01/10/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.185, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023.

"Faz contratação que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar JHON HENIO VIEIRA MARQUES, matrícula 442434, para o cargo de MOTORISTA, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 02/10/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02/10/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 09 de outubro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

**ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO**

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br